

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
dição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alexsandro Teixeira Ribeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C741 Comunicação, política e atores coletivos [recurso eletrônico] / Organizador Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-365-1

DOI 10.22533/at.ed.651201709

1. Comunicação. 2. Política e governo. I. Ribeiro, Alexsandro Teixeira.

CDD 302.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação, Política e Atores Coletivos” reúne uma série de contribuições científicas que aprofundam o debate sobre temas de convergência entre as áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e relações públicas, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política e marketing. De cunho interdisciplinar, a obra tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisas realizadas em todo o país, consolidando um quadro de cooperações científicas que destaca a excelência nacional na produção de conhecimento. O resultado deste esforço, é uma organização que problematiza assuntos atuais e de relevância pública, como crise econômica, representatividade, gêneros, combate ao feminicídio e movimentos sociais.

De fato, em uma sociedade imersa na comunicação, em que a realidade é socialmente construída a partir das tecnologias da informação, o papel dos meios na representatividade e visibilidade social de um fato é de extrema centralidade. Com isso, a comunicação torna-se a arena para debates que renovarão a esfera pública e promover a integração da sociedade, sobretudo no que diz respeito às comunidades em vulnerabilidade, as identidades que clamam por reconhecimento e os movimentos sociais. Este é o palco que se torna predominante entre as contribuições científicas nesta obra reunida e publicada pela Atena Editora.

Aqui, em um primeiro bloco de artigos, nos aprofundamos na análise dos meios de comunicação ora como promotores de empoderamento, ora como espaço de exclusão. Nesta dicotomia, observamos os discursos e comportamentos da mídia frente ao feminismo, à representatividade da comunidade LGBTI, e à participação das mulheres nos espaços de poder. E não se encerra aí. Ainda observamos nos demais artigos e esforços acadêmicos, que dão conta da amplitude da obra e da qualidade da formação superior nacional, temas como luta pela terra, políticas públicas, a história recente brasileira na luta pela democracia, a violência urbana, crise econômica e o papel da mídia e do Estado em áreas de invisibilidade social. O rigor metodológico e as contribuições interdisciplinares faz da coleção “Comunicação, Política e Atores Coletivos” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6512017091	
CAPÍTULO 2	14
LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS	
Talita Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6512017092	
CAPÍTULO 3	26
MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.6512017093	
CAPÍTULO 4	40
MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	
Cosette Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017094	
CAPÍTULO 5	53
A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017095	
CAPÍTULO 6	65
AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO	
Sofia Soares Dietmann Leslie Sedrez Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6512017096	
CAPÍTULO 7	75
O CORPO NOS ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO	
Ricardo Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.6512017097	

CAPÍTULO 8	85
CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI	
Mônica Torres	
DOI 10.22533/at.ed.6512017098	
CAPÍTULO 9	101
O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Juciméri Isolda Silveira	
Manuella Niclewicz	
DOI 10.22533/at.ed.6512017099	
CAPÍTULO 10	110
CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM <i>O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS</i>	
Gisele Gutstein Guttschow	
Juliana de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65120170910	
CAPÍTULO 11	124
DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65120170911	
CAPÍTULO 12	140
A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO	
Patricia Cerqueira Reis	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170912	
CAPÍTULO 13	154
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO	
Carlos Eduardo Klingelfus Grasso	
Guilherme Barros Nascimento	
Israel Filipe Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65120170913	
CAPÍTULO 14	170
BANDIDOS NA TV: A MORTE PELA AUDIÊNCIA	
Marcela Rochetti Arcoverde	
DOI 10.22533/at.ed.65120170914	

CAPÍTULO 15	181
O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO	
Paula Miranda	
Leonel Azevedo de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.65120170915	
CAPÍTULO 16	194
GUTEMBERG: A ERA DA IMPRENSA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65120170916	
CAPÍTULO 17	202
INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	
Jacynara Farias de Souza Marques	
Rafaela Azevedo dos Santos Felix	
DOI 10.22533/at.ed.65120170917	
CAPÍTULO 18	221
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS UTILIZADAS PELO <i>JORNAL NACIONAL</i> E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MUDIATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO	
Tamiris Artico	
Carla Montuori Fernandes	
Maria Goreti Lopes Artico	
DOI 10.22533/at.ed.65120170918	
CAPÍTULO 19	244
NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Evandro Henrique Cavalheri	
DOI 10.22533/at.ed.65120170919	
CAPÍTULO 20	252
O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.65120170920	
CAPÍTULO 21	265
O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS	
Roberto Sá Filho	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170921	

CAPÍTULO 22	282
A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS Ana Domitila Rosa Lemos Silva Gardene Leão DOI 10.22533/at.ed.65120170922	
CAPÍTULO 23	295
PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO João Ernesto Pessutto Marco Aurelio Prette Charaf Bdine Nelson Finotti Silva Carlos Florido Migliori Paula de Oliveira Santos Miyazaki Neide Aparecida Micelli Domingos Leda Maria Branco Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki DOI 10.22533/at.ed.65120170923	
CAPÍTULO 24	308
UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA Lívia Valença da Silva DOI 10.22533/at.ed.65120170924	
CAPÍTULO 25	322
DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO- COMPORTAMENTAL Tháís Sanches Silva Eliana Melcher Martins DOI 10.22533/at.ed.65120170925	
SOBRE O ORGANIZADOR	333
ÍNDICE REMISSIVO	334

CAPÍTULO 11

DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

Data de aceite: 01/09/2020

Renan Dias Oliveira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
<http://lattes.cnpq.br/3723992252372811>

O tema deste projeto se fundamenta em dois eixos principais: o primeiro procura analisar, do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) tem atuado na incorporação de grupos de trabalhadores urbanos precarizados, em suas fileiras de atuação social e política. O segundo procura analisar como o MTST tem atuado politicamente nas ocupações que realiza atualmente na cidade de São Paulo, seja nas relações com o Estado na luta por moradia, e principalmente na formação política desses mesmos trabalhadores, que passam a compor as mesmas ocupações. Há um campo na Sociologia interessado em pesquisar novos movimentos sociais, e o MTST figura entre esses movimentos que a investigação sociológica pode se debruçar. Dentro deste segundo eixo se procurará analisar como tem ocorrido a formação política desses trabalhadores na dinâmica das ocupações. Também se procurará analisar como tem ocorrido a formação de lideranças do MTST na Escola Nacional Florestan Fernandes,

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que é um amplo espaço destinado à formação política de diversos movimentos sociais do país.

Por fim, será feita uma comparação entre as dinâmicas formativa e política que o MTST consolidou nos últimos anos nas ocupações com a matriz de formação que o inspira, que é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas que o MTST tem se diferenciado em muitos aspectos, ao lançar novas bases de atuação. Tem-se o objetivo de compreender o caminho percorrido por trabalhadores precarizados, que se tornam atores políticos no interior de um dos maiores movimentos sociais do país. Considera-se importante resgatar trabalhos de pesquisa realizados sobre a formação política em movimentos sociais, mas será dada ênfase ao protagonismo político de setores de trabalhadores precarizados urbanos, na atuação política do MTST.

O incêndio que atingiu um edifício ocupado por um movimento sem-teto no largo do Paissandu em São Paulo, em 8 de maio deste ano, tornou amplamente conhecida a luta por moradia na cidade e no país. Outro fato notório é que o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Guilherme Boulos, é candidato a presidência da república pelo partido socialismo e liberdade (PSOL), o que fez com que os grandes meios de comunicação ampliassem, mesmo que indiretamente, o noticiário sobre o MTST,

tornando-o mais conhecido em âmbito nacional. Dessa forma, os movimentos sociais por moradia, e em especial o MTST, ganharam destaque no atual cenário social e econômico do país. Nossa pesquisa tem o objetivo de investigar duas ocupações do MTST na cidade de São Paulo, que serão apresentadas na sequência do projeto, que contam somadas com quatro mil famílias sem-teto, compostas por imigrantes, população em situação de rua, mas, principalmente, com trabalhadores altamente precarizados. Consideramos importante destacar um breve histórico de atuação do MTST.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na cidade de Campinas, importante centro urbano do estado de São Paulo. Um grupo de militantes do MST que havia ocupado um terreno na cidade se vê na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. Trabalhadores esses que haviam se somado à ocupação em questão, chamada de “parque Oziel”, em homenagem a um menino morto pela polícia no “massacre de Eldorado dos Carajás”; episódio este onde dezenove sem-terra foram assassinados em conflito rural, em 1996, no estado do Pará. Naquele momento, o MTST passava a ser confrontado com três aspectos da conjuntura neoliberal brasileira, que impunham reformulações em relação à atuação política do MST, segundo Goulart (2011, p.3):

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Por fim, uma classe que passa a se ver apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que no final dos anos 1990, aderiram ao neoliberalismo, foram se desligando de suas bases sociais, até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República.

O MTST cresce em número de ocupações nos anos seguintes à sua fundação e chega à nacionalização em 2009. Mas desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta à chamada “crise urbana”, que implicava em altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias (MARICATO, 2015). A conjuntura neoliberal em que o movimento foi forjado impôs novas formas de enfrentamento em relação ao Estado e ao capital, o que fez com que o MTST assumisse uma postura nitidamente anticapitalista e radicalizada na luta por direitos dos trabalhadores urbanos precarizados no Brasil. Diferentemente de outros movimentos sociais, que se centram em questões específicas, como a moradia por exemplo, o MTST se propõe a uma luta política mais ampla e com um programa de transformações sociais abrangente (GOULART, 2011)

Harvey (2005) aponta que a moradia é um dos direitos sociais não garantidos pelo estado nas economias periféricas, que se torna mais visível quanto mais a dinâmica

urbana se torna desigual e excludente. O autor afirma que a falta de moradia, como direito social nos países mais pobres, é reflexo de um movimento internacional de acumulação e expansão do capital, que, ao mesmo tempo que amplia a força de trabalho e o exército de reserva nesses países, não se faz acompanhar pela garantia de direitos (HARVEY, 2005). Nesse sentido, os movimentos por moradia vêm praticamente juntos ao processo de crescente urbanização do país, desde os anos 1970, como forma de responder a essa demanda de direitos sociais não garantidos. Grande parte desses movimentos tem um caráter imediato e pragmático de conquista das moradias, que, na maioria das vezes, implica em pressão sobre o estado e sobre proprietários particulares, o que não exclui a necessária organização política dos grupos sem teto (GOHN, 2014).

Durante a década de 1970 e início da de 1980, os movimentos sociais por moradia emergiam nos grandes centros urbanos com as características reconhecidas de grupos defensivos e contestatórios (GOHN, 2014). O objetivo central desses movimentos seria muito mais a aceitação das suas ideias e da sua identidade enquanto grupo social definido do que a transformação da sociedade como um todo; somente com o avanço da chamada “crise urbana”, os movimentos por moradia foram incorporando outros temas em suas reivindicações, como transporte e segurança pública, e projetando programas e estratégias políticas mais amplas (GOHN, 2017; WHITTIER, 2002).

A partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, as pesquisas sobre os chamados “novos movimentos sociais” traçaram uma perspectiva que passou a levar em conta a contingência e a subjetividade dos atores sociais, revelando uma forte sensibilidade também para os aspectos históricos e institucionais em que os mesmos se inseriam (PORTA; DIANI, 2006). Ao reconhecer a importância da dimensão da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, essa nova perspectiva de análise quis avançar em relação ao “modelo clássico” dos movimentos sociais, desenvolvida, principalmente, nos centros econômicos e com maior visibilidade científica, como Europa e Estados Unidos (HABERMAS, 1981; TOURAINÉ, 1981; OFFE, 1985). O crescimento dos movimentos de moradia alimentou intenções mais amplas de se constituírem como um ator político que ultrapassava suas raízes sociais, a fim de dialogar com outros segmentos da sociedade e construir uma estratégia política mais ampla (GOHN, 2017).

Nessa perspectiva, o MTST não se define como um movimento de luta por moradia, simplesmente. A moradia é a sua trincheira política de atuação principal, pois a falta dela é um dos principais reflexos da “crise urbana”, engendrada pela dinâmica capitalista nas cidades, e que incide diretamente sobre a população trabalhadora mais pobre (ROLNIK, 2018). Mas o movimento procura sempre estar atento às causas estruturantes da falta de moradia para a população mais pobre nas cidades, como a especulação financeira e imobiliária, assim como a venda de terras públicas para grandes grupos econômicos recentemente (Idem).

O MTST procura atuar politicamente levando em consideração diversas questões

relacionadas à classe trabalhadora precarizada nas cidades. O fato de não se definir simplesmente como “mais um movimento de moradia”, indica que o movimento tem uma perspectiva política que leva em consideração diversos conflitos e aspirações de quem compõe uma ocupação. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas (GIAQUINTO, 2016).

Além disso, muitos bairros periféricos urbanos enfrentam ainda diversas dificuldades estruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto e outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas junto ao poder público e à sociedade de forma geral (GIAQUINTO, 2016). O MTST apresenta um programa político de atuação, no qual defende uma reforma urbana estrutural como forma de resolver o conjunto desses problemas, e postula ideais de transformação da sociedade como um todo, a partir do enfrentamento de interesses em relação aos grandes proprietários. E o espaço político para essa atuação se dá nas ocupações e em diversas manifestações em vias públicas (GOULART, 2012)

Goulart (2012) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no alvorecer da conjuntura neoliberal no Brasil nos anos 1990, passava a se preocupar também com a organização política dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do movimento em 1997, o MST direcionou militantes para construir um movimento análogo aos Sem Terra nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia (MARICATO, 2015).

As dificuldades eram novas para os trabalhadores que participaram dessa ocupação e também para militantes do MST, que não estavam acostumados com a complexidade das relações em grandes centros urbanos, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar para o movimento em várias outras ocupações pelo estado de São Paulo ainda no ano de 1997, em um momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criminalizava diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas (Idem).

O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território” em que o setor da classe trabalhadora precarizada vive no atual contexto social. Benoit (2002) aponta que nos anos 1990 os sindicatos começavam a perder força como principal instância de

organização política de setores precarizados. O crescimento das cidades gerava novas demandas para a organização política desses setores, por isso o território passa a ser o espaço urbano, por excelência, de novas formas de organização política, e não mais a atuação sindical nos espaços de trabalho.

Além disso, a própria organização sindical começava a mostrar limitações em sua dinâmica interna, naquele momento a dificuldade para atingir os setores mais precarizados dos trabalhadores urbanos já era notória. O modelo de sindicalismo que cresceu e se consolidou durante o regime militar (1964-1985) ganhou força nos primeiros anos da Nova República, mas acabou criando uma “elite sindical”, composta por trabalhadores com estabilidade no emprego e direitos sociais consolidados (SANTANA, 2018). Esse processo acontecia ao passo que o setor mais precarizado dos trabalhadores urbanos crescia fortemente, e não encontrava nos sindicatos espaço para pautas políticas fundamentais que se davam fora dos ambientes de trabalho (Idem).

Ainda que o trabalho continue sendo uma das dimensões de socialização estruturantes mais importantes desses setores, é preciso contextualizá-lo em suas imbricações com outras dimensões da vida social em um território específico. Telles (2010) aponta que para compreender as mudanças do mundo urbano é preciso salientar processos e práticas que só são visíveis nos pontos de entrelaçamento, de inflexão, nas bifurcações que vão compondo a realidade das cidades. Os deslocamentos urbanos e as trajetórias ocupacionais se processam também no interior das famílias, das diferenças geracionais, que permitem compreender diversas facetas das transformações vividas pelo mundo urbano (TELLES, 2010).

Para as primeiras gerações, as mudanças das últimas décadas significaram a desestabilização de um mundo estruturado nas garantias sociais e de trabalho. A realidade neoliberal bloqueia perspectivas de vida, invalida práticas conhecidas e deslegitima saberes acumulados, “formas de ser e fazer”, conforme termo de Bourdieu (apud TELLES 2010). Para Telles (2010), os setores precarizados da classe trabalhadora são colocados em uma “errância” entre o mundo do trabalho, a condição de pobreza e de público-alvo de políticas sociais. A erosão do “mundo fordista” redimensiona o caráter social e político desse grupo. Para as gerações mais novas, principalmente para os que já nasceram nas cidades, a situação do mundo urbano ganha outras configurações e sentidos. Sua experiência de urbanização não está mais balizada pela ideologia urbana do “progresso”, que oferece muitas oportunidades. Muito de sua vivência está marcada por uma sociedade de consumo tão ampla quanto excludente, e por uma realidade financeirizada globalmente, que exige um endividamento cada vez maior das famílias (GOODWIN; JASPER, 2004).

Giaquinto (2016) aponta que o processo no qual um trabalhador se torna um “acampado” é permeado por um redimensionamento da vida anterior. Em grande parte das ocupações urbanas realizadas pelo MTST, as famílias que se dispõem a participar de todas as atividades e perduram até o final das mesmas, seja com êxito na conquista de moradias

ou não, estão em situação de extrema precarização. Tornar-se um acampado implica em abdicar de uma trajetória de vida e se inserir na dinâmica do movimento. O fato da maioria das famílias se encontrar em uma situação de precarização extrema é um motivador para se inserirem integralmente nas ocupações. Mas essa inserção está intrinsecamente ligada a essa nova experiência de vida que se constrói conjuntamente com a atuação no movimento (GIAQUINTO, 2016).

Como todo movimento social, o MTST também é caracterizado por disputas políticas internas e por contradições diversas (GOULART, 2012; PORTA; DIANI, 2006). O encontro de famílias que antes não se conheciam, os compromissos assumidos na luta pela moradia, por parte de trabalhadores que possivelmente nunca haviam participado de um movimento social, a nova dinâmica que se vive para se manter uma ocupação, dentre diversos fatores, são problemas que se vivem nas ocupações, e elas são o espaço onde essas contradições afloram (GOULART, 2012). Giaquinto (2016) destaca que a trajetória que um trabalhador precarizado percorre até se tornar um acampado do movimento é uma “(...) rica experiência, que envolve valores pessoais, familiares, comunitários e afetivos” (p.89). Essas disputas e contradições presentes em todo movimento social precisam ser consideradas na análise que deles se faz para melhor compreender as incidências dessa dinâmica interna em sua atuação política externa (EYERMAN; JAMISON, 1996).

O MTST tem lidado nesses anos desde sua fundação com uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais (SIMÕES et. al. 2017). Segundo Braga (2006, p.137), foi durante a década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar, acentuar o processo de precarização do trabalho marcante nas últimas décadas e consolidar a retirada de direitos sociais:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho e de atuação política nos anos 1990: “[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fatura de equipamentos informacionais, permitiu

uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da ‘velha classe trabalhadora’ puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p. 138).

Harvey (2005) aponta que a exploração da força de trabalho nas cidades tem se dado em um contexto no qual a estrutura mesma das cidades “dificulta”, paradoxalmente para o capital, a reprodução da força de trabalho. Um trabalhador que demora para se deslocar ao local de trabalho, devido às grandes distâncias e à precariedade dos meios de transporte, gasta grande parte de seu “tempo livre” com afazeres como compras para a casa, cuidados com a saúde, vivência familiar etc. e dorme cada vez menos, tende a não permanecer muito tempo em uma mesma empresa.

Assim se aumenta a rotatividade do trabalho de forma geral e a dificuldade para se aposentar, visto que grande parte da classe trabalhadora urbana passa também um tempo considerável de seu tempo de trabalho na informalidade, sem contribuir para a previdência social. Para resolver esse “paradoxo urbano”, o capital, atrelado a um processo crescente de urbanização, estimula o crescimento populacional da classe trabalhadora precarizada, desde os anos 1960, no Brasil e nos países, mais pobres, a fim de aumentar o “exército industrial de reserva” e manter um controle maior sobre a força de trabalho, que está, cada vez mais, disponível nas grandes periferias (LEFEBVRE, 2017).

Nos últimos anos, pode-se considerar que há uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2010; SANTANA, 2018). Nesse contexto, o fluxo global de capitais exige o desmonte das legislações trabalhistas nacionais, o que significa o aumento dos mecanismos de exploração do trabalho e a destruição de direitos sociais que foram conquistados desde a década de 1930 no Brasil (ANTUNES, 2010). No que toca aos direitos sociais, o retrocesso é cada vez maior. Antunes (2011) aponta que as reformas neoliberais no Brasil são um cenário de “devastação” nos direitos conquistados a duras penas:

Este pacote da reforma trabalhista, por exemplo, junto com a pro- posta de destrocamento da previdência, acaba mostrando que o go- verno [...] se agarra no colo das classes dominantes para fazer tudo o que essas classes não estavam conseguindo fazer na intensidade que queriam (ANTUNES, 2011, p. 411).

O MTST lida, assim, em um contexto extremamente difícil para a organização e formação política de uma classe trabalhadora urbana extremamente precarizada. Mas, dialeticamente, esse mesmo contexto cria novas possibilidades de ação política. Goulart (2012) aponta que os sem-teto existem, empiricamente em dados, como “números de déficit habitacional” de famílias e indivíduos, mas “(...) só se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, métodos de ação, etc. e, portanto, como resultado das relações sociais em uma determinada formação social” (p. 161). Ainda que existam em dados empíricos, o movimento só se torna um ator social coletivo em sua atuação política.

O perfil socioeconômico da base de trabalhadores precarizados que compõem

as ocupações do MTST são analisadas por Goulart (2012). É fundamental identificar e compreender, sociologicamente, esse perfil de trabalhadores, que irão compor as ocupações e as fileiras do MTST. Ainda segundo Goulart (idem), ainda não há um trabalho quantitativo sistematizado sobre a inserção da base social do MTST nas relações de produção do mundo do trabalho capitalista. Mas considerando trabalhos que priorizam uma metodologia qualitativa, é possível afirmar que a composição do movimento é “(...) majoritariamente de trabalhadores que não estão no ‘mercado formal de trabalho’ e são identificados como ‘trabalhadores por conta própria’ (GOULART, 2012, p.162).

Segundo Goulart (2012), pode-se afirmar que a base social de trabalhadores nas ocupações do MTST é fruto da nova organização do mundo do trabalho desde os anos 1980, que gerou um “subproletariado”, carente de direitos sociais, altamente explorado e precarizado. O que hoje se convencionou chamar de “trabalhadores informais” é que forma a maioria desse “subproletariado. São trabalhadores que, geralmente, estão fora dos empregos formais e das mínimas garantias trabalhistas, e que estão submetidos a uma renda instável, devido a atividades consideradas “informais”. Tavares (2004) aponta que esse grupo de trabalhadores está inserido em uma “nova informalidade”, decorrente da adequação das relações de produção capitalistas, para conter a crise do capital através das políticas neoliberais, da desregulamentação dos mercados, das privatizações e da retirada de direitos sociais dos trabalhadores (p.18).

Goulart (2012) afirma que há diversas definições para o termo “subproletarização”, mas que é preciso considerar o “subproletariado” do MTST: “(...) como um grupo social crescente desde que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no país, transformando em subproletário todo trabalhador que vende sua força de trabalho de forma camuflada e dispersa na sociedade” (p.168). É um trabalhador que, na maioria das vezes, não está inserido na relação de assalariamento, tem uma atividade laborativa instável, com jornadas amplas e direitos sociais alijados. Goulart (idem) destaca que esses trabalhadores costumam estar isolados econômica e politicamente, e que as ocupações são os espaços onde geralmente ocorre, pela primeira vez, a atuação política desse estrato da classe trabalhadora.

Como aponta Goulart (2013, p.69):

Como acontece essa mudança na forma de ver o mundo, as desigualdades sociais e a luta por condições de vida melhores? Não é a miséria, exclusivamente, que conduz a essa alteração; é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. O MTST, como movimento que organiza essa categoria de “sem-teto”, formulou um conjunto de declarações sobre suas propostas e sua ação, que chamamos de projeto político, e que deve ser considerado de maneira histórica, pois foi decorrência da organização e das relações políticas estabelecidas pelo movimento ao longo de sua história.

A estratégia política do MTST se dá como resposta à perda de direitos sociais desde

o advento do neoliberalismo nos anos 1990 no Brasil (GOULART,

2011). Desde 2008, o MTST buscou ampliar suas ações primeiramente no estado de São Paulo. A este processo, o movimento chamou de “estadualização do MTST”, que além das ocupações na região metropolitana de São Paulo, incluía cidades do interior e ações para interrupção de transportes de mercadorias nas principais rodovias do estado, conhecidas como “trancaço”. A estadualização das ações de ocupação trouxe a necessidade de negociação com o governo do estado de São Paulo e não mais apenas com as prefeituras, visto que as reivindicações passam, muitas vezes, pela parceria entre estas duas instâncias estatais para a viabilização das moradias. Como aponta Goulart (2011), este processo coloca o MTST na posição de: “(...) enfrentamento direto com o governo do Estado, quando suas manifestações podem gerar desgastes políticos ao executivo. O movimento opta por ações que chamem a atenção da população para a instância de governo a que se quer atingir, o que serve para forçar uma abertura de negociações” (pp. 2- 3).

Goulart (2011) afirma que o MTST defende uma independência, enquanto dinâmica do movimento social, em relação às instâncias estatais, partidos políticos e sindicatos, e essa independência é constantemente reforçada na formação política das ocupações. Como destaca a autora: “Quando afirmamos que há uma proposta de independência, é que a organização e dinâmica interna do movimento constrói uma rede de relações que possibilita que as decisões sejam pensadas e debatidas pelos participantes nas instâncias iniciais, ou seja, nas reuniões dos acampamentos” (2011, p.5). Por outro lado, o movimento participa de negociações com o poder público e se insere em pautas políticas com outros movimentos sociais, partidos e sindicatos. O que é fundamental é reconhecer as ligações político-institucionais construídas a partir da ocupação e, ao mesmo tempo, faz-se necessário para a pesquisa verificar como o processo de atuação nos espaços locais de luta social é fomentada, de um lado, para a formação de futuros militantes e de outro. (LORENA, 2012).

Lorena (2012) aponta que o MTST pode ser, em larga medida, considerado como fruto da “cidade neoliberal” dos anos 1990. O movimento surge com o objetivo de organização política dos trabalhadores altamente precarizados pelo contexto neoliberal, e sua estratégia política é justamente a de resistir às ofensivas neoliberais. Como citado anteriormente, o MTST procura construir uma organização política a partir de reuniões e assembleias nas ocupações, para, somente num momento posterior, abrir negociação as instâncias governamentais. É possível identificar uma diferença marcante em relação à organização política do MST nos últimos anos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra diminuiu bruscamente o número de ocupações de terra durante os governos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder (LORENA, 2012), e apostou muito mais nas vias institucionais de negociação, assim como muitos outros movimentos sociais vindos dos anos 1980.

Neste aspecto, a pesquisa pretendeu identificar as mudanças na atuação e na formação política no que tange à relação com o estado por parte dos movimentos sociais, conforme apontado por Gohn (2017). É possível afirmar que o MTST, por ter surgido em um contexto diferente do MST, e por ter desenvolvido historicamente ações políticas radicalizadas, em resposta à crise neoliberal, porta uma forma de ação política diferente da dos movimentos sociais advindos dos anos 1980 (LORENA, 2012). Foi objetivo desta pesquisa identificar as semelhanças e as diferenças na forma de atuação política do MTST em relação à sua origem no MST e a outros movimentos sociais de moradia dos anos 1980, ponto que será apontado adiante.

O MTST tem uma reflexão sobre a base social de trabalhadores que compõe o movimento e, a partir dessa reflexão, estrutura momentos formativos nas ocupações, à semelhança do MST. O próprio movimento define em seu site a análise que faz do setor da classe trabalhadora junto ao qual atua: “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). E faz uma projeção de suas ações políticas, classificando-se como um “[...] movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe” (MTST s/d).

A partir dessa reflexão o MTST projeta sua organização interna e também seus objetivos de organização política. Com a diminuição da base de influência dos sindicatos, que atuam unicamente entre os trabalhadores em sua base profissional, grande parte da classe trabalhadora precarizada é fragmentada e não dispõe de elementos coletivos de organização (BRAGA, 2006). Grande parte desses trabalhadores são atraídos por ações assistencialistas conservadoras de governos e ONGs ou acabam se inserindo em organizações criminosas, abdicando de uma inserção política efetiva, ainda que continuem sendo um “ator social” extremamente importante na atual configuração da classe trabalhadora urbana. Goulart (2013) destaca que a fragmentação desse setor de trabalhadores gera uma formação política descontinuada e dificulta a formação de uma base social consistente e organizada no MTST. É um problema que o movimento busca lidar a todo o tempo. O MTST, assim, desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta:

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de

prédios públicos [...] entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. (MTST, s/d)

Também à semelhança com o MST, é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nas ocupações nos últimos anos. A Cartilha do Militante, documento produzido pelo movimento (2005, p.3), destaca pontos importantes para a formação de uma “identidade coletiva no MTST:

Nossos objetivos estratégicos são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva. A única “saída” a ser considerada é a superação desse estado de coisas, através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que o povo explorado perceba que nós somos o time dos oprimidos e que o único time com quem nós devemos brigar e competir é com o time dos opressores.

O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exémplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOULART, 2011).

Mas o MTST mantém uma relação próxima com MST justamente no que toca à formação política. A pesquisa terá também o objetivo de analisar a estrutura, o conteúdo e as práticas formativas do MST nos cursos oferecidos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) a trabalhadores urbanos precarizados, muitos deles advindos de ocupações urbanas do MTST. O MST tem, desde suas origens, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Após as primeiras ocupações de terra do movimento na década de 1980 e como fruto, principalmente, de seu 1º Congresso Nacional, o MST já defendia que as ocupações têm um caráter pedagógico por excelência. Quem nelas está envolvido aprende, ensina e partilha conhecimentos. Mas já reconhecia que para manter a dinâmica e os propósitos do movimento coesos seriam necessários espaços específicos de formação política.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) se tornou um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores precarizados de diversos movimentos sociais, incluindo o MTST. A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas

como aponta Pinassi (2009) sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire. Esta perspectiva de educação, desde 1961 com o Movimento de Educação de Base (MEB), passou a defender que o projeto educacional e pedagógico do campo político da classe trabalhadora não poderia ser o mesmo projeto educacional e pedagógico do campo político do capital. Com inspiração no espectro teórico do marxismo, os educadores populares do MEB começavam a perceber que o projeto educacional dos setores oprimidos da sociedade estava intrinsecamente ligado a um projeto político próprio.

O primeiro momento em que se torna claro que o enfrentamento de interesses de classe ocorre é na própria ocupação de terras e de terrenos. Segundo Silva (2007), a ocupação é um momento de disputa, contestação e ruptura da propriedade privada, o que vislumbra e fomenta a construção de uma nova ordem social. A expropriação de terras sugere um campo amplo para debates, compreensão e aprofundamento da consciência em torno do controle e do domínio que existe no bojo da sociedade capitalista. Ela define a expropriação como “[...] processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.” (PINASSI, 2009, p. 7). Posteriormente, esse conhecimento advindo da prática política é sistematizado para os cursos de formação na ENFF.

Vê-se que os cursos na ENFF consideram de fundamental importância absorver trabalhadores precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes de movimentos sociais, como o MTST. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço privilegiado em que cursos de formação política são oferecidos para esses trabalhadores, recebendo colaborações de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são alinhados à perspectiva em que os cursos se baseiam. É importante destacar que com as reconfigurações da dinâmica rural-urbano no Brasil, a ENFF tem sido responsável por absorver e formar politicamente muitos trabalhadores urbanos, sejam trabalhadores precarizados que sempre se ocuparam na cidade, sejam trabalhadores provenientes da zona rural, mas que desempenham frequentemente trabalhos sazonais nas regiões urbanas (PINASSI, 2009).

Por isso, foi objetivo dessa pesquisa analisar como o MTST estrutura e oferece momentos de formação política, em suas ocupações, para setores precarizados da classe trabalhadora recém incorporados ao movimento. A partir da análise dos setores que são incorporados pelo movimento e pela estrutura e dinâmica da formação política oferecida pelo MTST a esses setores, procurou-se traçar um panorama atual de setores da classe trabalhadora precarizada, que são incorporados por um dos maiores movimentos sociais do país, passam por um processo de formação política e se tornam militantes políticos orgânicos do movimento.

A pesquisa consistiu em fazer um levantamento bibliográfico de textos que já

analisaram a formação política no interior do MTST, como Goulart (2011) e a Cartilha do Militante, produzida pelo próprio movimento (2005). Neste ponto em especial, considera-se que poucas pesquisas sociológicas trataram da formação política no MTST. Este trabalho teve a intenção de avançar na supressão dessa lacuna a partir de trabalho de campo, que destacamos aqui a partir da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo, iniciada no ano de 2017.

A primeira hipótese da pesquisa foi que tanto o MTST tem valorizado a formação política como elemento fundamental para a incorporação de trabalhadores precarizados, que se tornarão militantes políticos. Dificilmente, trabalhadores precarizados que se inserem organicamente no movimento, não passam pelos processos de formação política propostos. O MTST considera a formação política como algo essencial para que um trabalhador recém-incorporado às suas fileiras se torne um militante de forma orgânica. Isso porque o histórico desses “novos militantes” vem de um contexto onde os sindicatos não conseguem mais atuar como elementos de formação política. O trabalhador recém-incorporado, na maioria das vezes, teve pouca inserção na luta política, o que torna a formação ainda mais necessária (GOULART, 2011).

A segunda hipótese da pesquisa foi que os cursos e atividades de formação política do MTST têm tratado, cada vez mais, de aspectos centrais da atual crise estrutural do capital, como a precarização do trabalho, o desemprego, a perda de direitos sociais e a devastação ambiental. Identificar esses aspectos passou por traçar um panorama dos trabalhadores recém-incorporados, analisar as características dos momentos formativos e identificar seus possíveis sucessos e fracassos.

A metodologia da pesquisa consistiu, em um primeiro momento, em levantamento bibliográfico que serviu de referência e auxiliou nos temas apontados anteriormente. Os temas em questão foram ampliados e consolidados teoricamente para a organização do presente artigo. O levantamento bibliográfico foi então sistematizado e serviu de base para a redação do presente texto. Do ponto de vista metodológico, as principais referências para a organização e sistematização do artigo foram Burawoy (2014) e Löwy (1985).

Na pesquisa de campo na Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas, com os trabalhadores que frequentaram as atividades e os cursos na ocupação do MTST, conforme Demo (1987), a fim de traçar um perfil desses trabalhadores quanto às suas trajetórias ocupacionais e quanto ao seu interesse em compor o movimento como militantes. Metodologicamente, se usou como base, para construir um perfil das trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, as investigações nos “estudos de caso” (PORTA; DIANI, 2006)

A pesquisa continua em andamento e também se baseará, em um segundo momento, na análise do conteúdo das atividades e na dinâmica dos momentos formativos em outras ocupações do MTST, a fim de compreender o projeto político que é forjado

nesses espaços de formação. O procedimento consistirá em levantar e sistematizar os referidos materiais de pesquisa e, conseqüentemente, interpretar seu conteúdo, a partir das hipóteses levantadas. Posteriormente será feita a comparação entre as perspectivas e práticas de formação do MTST.

A ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo teve início em setembro de 2017, com cerca de quinhentas pessoas, que ocuparam um terreno de sessenta mil metros quadrados, que estava vazio há cerca de quarenta anos. Em poucas semanas a ocupação já contava com oito mil famílias, que é o máximo que sua capacidade suporta. Desde a primeira semana o MTST realizou uma assembleia semana aos domingos onde todas as famílias participam.

Desde o início da ocupação o MTST se preocupou com os espaços de formação política. No mês de outubro de 2017 se iniciaram grandes aulas públicas com apoiadores do movimento, como o religioso católico frei Betto, o cantor seu Jorge, o artista Wagner Moura e a apresentadora Mônica Iozzi. No mês de novembro do mês, o escritor Ferréz inaugurou uma biblioteca na ocupação, doando centenas de livros. No mês de dezembro foi lançado a plataforma política “ABC Sem Medo”, inserida na dinâmica da Frente do Povo Sem Medo, junção de movimentos sociais que procura se unir em ações políticas e na construção de um programa político transformador para o país.

No mês de outubro, foi marcado um show de Caetano Veloso na ocupação, que foi proibido pela Justiça local, com a anuência do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, do PSDB. A proibição gerou efeito contrário ao desejado pelas autoridades. A ocupação ganhou projeção nacional e um novo show do artista baiano foi marcado para dezembro, unindo-se às comemorações dos vinte anos do MTST, realizado no largo da Batata em São Paulo.

No mês de janeiro de 2018, o MTST iniciou as atividades formativas com uma roda de conversa LGBTT. Em março do mesmo ano ocorreu uma solução negociada com as instâncias do poder público e as moradias foram conquistadas, encerrando assim a ocupação. O déficit habitacional continua crescendo exponencialmente nas regiões metropolitanas (MARICATO, 2015) e o MTST continua atuando nas lutas por moradia e pela transformação da sociedade, também através da formação política e da educação popular de cunho libertador.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. A política das ruas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. Especial, p. 49-58, 2017.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out. /dez. 2010.

Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.14, p. 134-149, 2002.

BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 133-152, 2006.

A Pulsão Plebeia. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**. Rio de Janeiro: Alameda Editorial, 2014. CARVALHO, A. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **R. Pol. Pub.**, São Luís, n.

Especial, p. 225-239, 2014.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005). Disponível em: <https://www.mtst.org.br>. Acesso em: 22 maio 2018.

EYERMAN, R; JAMISON, A. **Social Movements: a Cognitive Approach**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1996.

GIAQUINTO, M. **Tornando-se um acampado**: a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2016.

GOHN, M. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 2017.

GOULART, D. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

_____. Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem- Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo, Sumaré: **Cadernos Cemop**, 2012.

_____. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.160-171, jul./dez. 2012.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. GOODWIN, J.; JASPER, J. (Orgs.). **Rethinking Social Movements: Structure, Meaning and Emotion**, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers, 2004.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. **Methods of Social Movement Research**, London: University of Minnesota Press, 2002.

LEVEBVRE, H. **O Direito à Cidade**, São Paulo: Editora Centauro, 2017. LOFLAND, J. Social

Movement Organizations: Guide to Research on Insurgent Realities, New York: Aldine de Gruyter, 1996.

LÖWY, M. **Método Dialético e Teoria Política**, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista, São Paulo: Cortez Editora, 1985.

LORENA, E. Luta de Classes na Cidade Neoliberal: Uma análise do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**, São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZAROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. PORTA, D.; DIANI, A. **Social Movements:** an Introduction. Oxford: Blackwell

Publishing, 2006.

PINASSI, M. **Da Miséria Ideológica à Crise do Capital**, São Paulo: Boitempo, 2009.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a Colonização da Terra e da Moradia na era das Finanças, São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTANA, M. Trabalhadores, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova.**, v. 1, p. 19-36, 2018.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. **MTST 20 Anos de História:** Luta,

Organização e Esperança nas Periferias do Brasil, São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

TAVARES, M. **Os Fios (In)Visíveis da Produção:** informalidade e precarização do trabalho, São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, V. **A Cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal**, Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise de conteúdo 26, 37, 221, 228, 268

Análise de Conteúdo 242

Art-College Berlin-Weissense 88

C

Câncer de Mama 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Ciberativismo 26, 50

Comunicação Política 30, 32, 221

Conselho Tutelar 202, 210, 213, 214, 215, 219

Constituição Federal 4, 102, 203, 221, 222, 300, 303, 305

Crise Econômica 141, 145, 154, 308, 310, 313, 316

D

Discurso Publicitário 308, 312, 314, 319

Ditadura Civil-Militar 25, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123

E

Educomunicação 75, 76, 78, 81, 83, 84

Estética 16, 43, 95, 98, 110, 111, 112, 122, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 191, 264, 298

F

Feminicídio 4, 7, 10, 11, 13, 40

Feminismo 15, 24, 27, 34, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 65, 66, 68, 74

Fotografia de Exaltação 286, 287, 293

Foucault 19, 20, 24, 40, 42, 43, 51, 102, 106, 107, 108, 109, 253, 254, 264, 318, 320

G

Gaudreault 112, 113, 120, 123

Gênero 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 97, 173

Grotesco 172, 174, 175, 180

Guerra Civil 157, 164, 167

Gutenberg 194, 196, 200

H

Habitus 313, 318

Historicidade 252, 253, 254

I

Imprensa 2, 5, 9, 10, 11, 12, 18, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 107, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 177, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 227, 255, 256, 283, 288, 333

Infotendimento 150, 181, 191

Intervenção Federal 221, 222, 225, 228, 234, 236, 238, 239, 240, 241

J

Jornalismo Sindical 53, 54, 55, 56, 64, 333

Jornal Nacional 221, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 238, 241

Judith Butler 15, 44

K

Katharina Mouratidi 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 100

L

LGBT 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 211

M

Marketing Territorial 140

Martín-Barbero 75, 76, 77, 84, 191, 193, 255, 264

Mídias Digitais 40, 41, 46, 47, 81

MTST 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Muniz Sodré 81, 172, 190, 224

N

Narrativa 93, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 160, 171, 173, 182, 185, 186, 189, 190, 192, 228, 291, 292, 317

Neuromarketing 244, 245, 246, 247, 250, 251

Noticiabilidade 6, 170, 177, 182

Novos Movimentos Sociais 124, 126, 206

P

Performance 17, 18, 91, 92, 98, 100

Pesquisa Exploratória 34

Políticas Públicas 4, 12, 13, 38, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 223, 281, 304

Prensa 189, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 294

Protestantismo 200

Psicologia Ambiental 295, 296, 297, 299, 304, 305, 307

R

Rádio 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 161, 173, 184, 257

Redes Sociais 26, 30, 32, 33, 39, 41, 46, 49, 50, 77, 148, 167, 180

Representações Midiáticas 252

S

Subproletariado 131

V

Valor Notícia 170, 171, 174, 177

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.arenaeditora.com.br 
contato@arenaeditora.com.br 
[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 
www.facebook.com/arenaeditora.com.br 